

©

RELATÓRIO E CONTAS

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA



2020



ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA
DOS
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA

SEDE

Rua D. Pedro V
4785-306 TROFA

TELEFONES

252 400 700
919 523 770
965 625 092

FAX

252 400 709 - Direcção
252 400 707 - Comando

E-MAIL

geral@bombeirostrofa.pt
direccao@bombeirostrofa.pt
comando@bombeirostrofa.pt

*

Filiada na
Liga dos Bombeiros Portugueses

*

Diploma de Honra e Distinção do
Serviço Nacional de Bombeiros
01/11/1995

*

Medalha de Ouro da Câmara Municipal
da Trofa
30/09/2001

*

Medalha de Serviços Distintos Grau
Ouro da Liga dos Bombeiros
Portugueses
30/09/2001

*

Geminada com a Associação dos
Bombeiros Voluntários de Portimão



SERVIÇOS SOCIAIS

Creche e Jardim de Infância
Rua Defensores da Barca, 60
4785-302 TROFA

TELEFONE

252 417 513

FAX

252 419 698

E-MAIL

infantario@bombeirostrofa.pt

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA (DECRETO-LEI N.º 460/77 DE 7 DE NOVEMBRO) | CONTRIBUINTE N.º 501 424 229
REGISTADA NA CONSERVATÓRIA R. C. DE SANTO TIRSO SOB O N.º 3/950310

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

António Manuel Silva e Sousa, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, vem ao abrigo do disposto nos artigos 44º e 47º - nº2 alínea c) dos Estatutos da Associação, convocar os senhores associados para uma Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 16 de Março de 2021, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre da Associação, sita na Rua D. Pedro V, cidade da Trofa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;

Ponto dois: Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas de 2020;

Ponto três: Outros assuntos de interesse para a Associação.

Nota: Se à hora marcada não estiver presente o número suficiente de Associados, a mesma funcionará, meia hora depois, conforme o disposto no artigo 49º.

Trofa, 17 de Fevereiro de 2021

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(António Manuel Silva e Sousa, Eng.)



ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA
DOS
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA

SEDE

Rua D. Pedro V
4785-306 TROFA

TELEFONES

252 400 700
919 523 770
965 625 092

FAX

252 400 709 - Direcção
252 400 707 - Comando

E-MAIL

geral@bombeirostrofa.pt
direccao@bombeirostrofa.pt
comando@bombeirostrofa.pt

*

Filiada na
Liga dos Bombeiros Portugueses

*

Diploma de Honra e Distinção do
Serviço Nacional de Bombeiros
01/11/1995

*

Medalha de Ouro da Câmara Municipal
da Trofa
30/09/2001

*

Medalha de Serviços Distintos Grau
Ouro da Liga dos Bombeiros
Portugueses
30/09/2001

*

Geminada com a Associação dos
Bombeiros Voluntários de Portimão



SERVIÇOS SOCIAIS

Creche e Jardim de Infância
Rua Defensores da Barca, 60
4785-302 TROFA

TELEFONE

252 417 513

FAX

252 419 698

E-MAIL

infantario@bombeirostrofa.pt

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA (DECRETO-LEI N.º 460/77 DE 7 DE NOVEMBRO) | CONTRIBUINTE N.º 501 424 229
REGISTADA NA CONSERVATÓRIA R. C. DE SANTO TIROSO SOB O N.º 3/950310

Exma. Mesa da Assembleia Geral

Dando cumprimento ao estipulado na alínea d), ponto 56º dos Estatutos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, a Direcção vem apresentar à Mesa da Assembleia Geral o Relatório e Conta de Gerência da Associação, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao ano de 2020, para análise, discussão, apreciação e votação da Assembleia Geral a realizar no próximo dia 16 de Março de 2021, no Salão Nobre desta Instituição.

O Presidente da Direcção

Luís Manuel Campos Elias, Dr.



Relatório de Gestão

No cumprimento das disposições Estatutárias, a Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa vem apresentar e submeter à apreciação a Conta de Gerência relativa ao exercício de 2020.

Este relatório tem como objetivos:

- **Explicitar** os aspetos mais relevantes da atividade financeira da Associação, no que concerne ao desempenho económico e financeiro, nos domínios dos rendimentos/receitas, dos gastos/despesas e de tesouraria;
- **Apresentar** a situação económica e financeira relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes setores da atividade, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto, médio e longo prazo e condições de funcionamento;
- **Mostrar** as demonstrações financeiras do exercício de 2020, elaboradas no âmbito da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).



1. Órgãos Sociais

Biénio 2021/2022

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE:	António Manuel Silva e Sousa, Eng.º
VICE-PRESIDENTE:	Filipe de Oliveira Reis, Dr.
SECRETÁRIO:	Fernando Ribeiro Teixeira
SUPLENTE:	José da Silva Oliveira
SUPLENTE:	Manuel Monteiro Fonseca Borges

DIREÇÃO

PRESIDENTE:	Luís Manuel Campos Elias, Dr.
VICE-PRESIDENTE:	Manuel António Lopes Carvalhal
VICE-PRESIDENTE:	Maria Hermínia Costa Silva Almeida
VICE-PRESIDENTE:	Nuno Miguel Lopes Costa Freitas, Eng.º
SECRETÁRIO:	Humberto Reis Silva
SECRETÁRIO ADJ:	Filipe Manuel Azevedo Marinho, Eng.º
TESOUREIRO:	Jorge Manuel Magalhães Ferreira
VOGAL:	Jorge Humberto Campos Cruz Reis, Eng.º
VOGAL:	Fernando Gaspar Reis Ferreira
SUPLENTE:	Fernando Jorge Dias Costa
SUPLENTE:	Paulino Celestino Ferreira Lima
SUPLENTE:	Eurico Manuel Silva Ferreira, Cm
SUPLENTE:	Manuel Dias da Costa

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE:	José Luís Campos Reis, Dr.
VICE-PRESIDENTE:	Fernando Ferreira Neves
SECRETÁRIO:	Maria Helena Gonçalves Fontes, Dr. ^a
SUPLENTE:	Maria Fernanda Sousa Ferraz, Dr. ^a
SUPLENTE:	Marco Aurélio Martins Carvalho, Eng.º

CONSELHO SUPERIOR

Cândido Fernandes Pinheiro
João de Castro Gomes
Júlio Maia Moreira Dias
António José Gomes Dias Leitão
Amadeu de Castro Pinheiro, Cm
Américo Raposeira Cerdeiras



2. Enquadramento Macroeconómico em 2020 e Perspetivas de Evolução

Em 2020, a atividade económica em Portugal e no resto do mundo foi profundamente afetada pela propagação do vírus SARS - CoV2, pelas medidas de contenção e pelo impacto sobre o comportamento dos agentes económicos. As perdas económicas foram diferenciadas entre países e setores de atividade. A resposta de política - monetária, orçamental e prudencial - não tem precedente em magnitude, celeridade e coordenação e foi decisiva na mitigação dos danos da crise.

As perspetivas económicas permanecem rodeadas de elevada incerteza, estando muito dependentes da evolução da doença e da rapidez da vacinação em larga escala. Embora se projete uma retoma da atividade económica em 2021, o seu ritmo será condicionado pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafecção de recursos entre empresas e entre setores. O aumento do endividamento dos setores público e privado e do risco de crédito coloca desafios importantes à economia portuguesa nos próximos anos. A atuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação e resiliência da economia portuguesa, devendo promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.¹

¹ Fonte: Banco de Portugal



3. Instituição

A Associação

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, fundada a 30 de setembro de 1976, reconhecida de utilidade pública pelo Decreto-Lei n.º 460/77, de 07 de novembro, tem como escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção e prevenção de incêndios, assim como a prestação de serviços, nomeadamente de transporte de doentes a consultas e tratamentos médicos.

Exerce também uma atividade de carácter social de apoio à infância, em instalações autónomas, onde funcionam a Creche e Jardim de Infância.

Recursos Humanos

Indicadores gerais relativos aos Recursos Humanos no biénio 2019/2020:

Recursos humanos	2020	2019
Número de trabalhadores no final do período	60	61
Gastos com o pessoal (€)	943 832,71	921 006,78
Gastos médios por trabalhador (€)	15 730,55	15 098,47
VAB por trabalhador (€)	17 841,53	17 847,49
Potencial máximo anual (horas de trabalho)	108 686,00	117 330,00
Número de horas trabalhadas	80 468,00	103 574,00

Estrutura Interna

Distribuição dos colaboradores a 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Distribuição colaboradores por valência		
	Colaboradores	
	2020	2019
Associação Humanitária	40	40
Bombeiros	26	26
Equipa de Intervenção Permanente	5	5
Serviços Gerais	5	5
Serviços Administrativos	3	3
Estagiários	1	1
Creche/Jardim de Infância	20	21
Coordenadora	1	1
Educadoras	5	5
Ajudantes Ação Educativa	8	8
Serviços Gerais (cozinha/limpeza)	5	6
Serviços Administrativos	1	1
Estagiários	0	0
Total	60	61



4. Resultados das atividades desenvolvidas

Abaixo, o quadro resumo dos resultados económicos das atividades desenvolvidas pela Associação Humanitária dos Bombeiros

Resultado das operações	Análise resultados		Unidade monetária: euros	
	Montante		Variação	
	2020	2019	Valor	2020/2019
Volume de negócios	852 215,20	931 857,14	(79 641,94)	-9%
Outros rendimentos e gastos operacionais	(594 554,92)	(642 417,74)	47 862,82	-7%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	257 660,28	289 439,40	(31 779,12)	-11%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(249 010,66)	(233 055,66)	(15 955,00)	7%
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	8 649,62	56 383,74	(47 734,12)	-85%
Resultado antes de imposto (RAI)	8 649,62	56 383,74	(47 734,12)	-85%
Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0%
Resultado líquido do período	8 649,62	56 383,74	(47 734,12)	-85%

Voluntários da Trofa:

5. Investimentos

A construção do novo edifício de garagem foi o maior investimento de 2020, tendo atingido o valor de € 448.976,78.

No tocante a viaturas, foi adquirida uma nova ambulância de socorro no valor de € 51.500,00 e um veículo florestal de combate a incêndios no valor de € 75.000,00.

6. Análise da Situação Económica e Financeira

Análise da estrutura e de custos

O Balanço apresenta a posição do património da Associação, referente ao encerramento do exercício, estruturando-se através das massas do Ativo e do Passivo, desenvolvida cada uma delas em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogêneos:

- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos diferidos;
- O Passivo reconhece as obrigações e os rendimentos diferidos;
- Os Fundos Patrimoniais reconhecem a diferença entre o Ativo e o Passivo.

A estrutura e evolução patrimonial da Associação é a que a seguir se apresenta:

Estrutura e evolução patrimonial					Unidade monetária: euros
Descrição	2020		2019		Variação
	Valor	Valor relativo	Valor	Valor relativo	Valor
Ativo não corrente	2 458 455,87	76%	2 105 346,89	66%	353 108,98
Inventários	0,00	0%	0,00	0%	0,00
Contas a receber	402 868,59	12%	252 740,43	8%	150 128,16
Disponibilidades	382 607,05	12%	801 763,29	25%	(419 156,24)
Diferimentos	12 068,04	0%	15 824,11	0%	(3 756,07)
Ativo	3 255 999,55	100%	3 175 674,72	100%	80 324,83
Fundos Patrimoniais	3 031 792,81	100%	2 939 587,81	98%	92 205,00
Resultado Líquido	8 649,62	0%	56 383,74	2%	(47 734,12)
Fundos Próprios	3 040 442,43	100%	2 995 971,55	100%	44 470,88
Contas a pagar-não corrente	0,00	0%	0,00	0%	0,00
Contas a pagar-corrente	215 557,12	100%	169 132,71	94%	46 424,41
Diferimentos	0,00	0%	10 570,46	6%	(10 570,46)
Passivo	215 557,12	100%	179 703,17	100%	35 853,95

Demonstração de Resultado por Naturezas

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se um total de gastos no montante de 1.669.022,63 euros e de rendimentos no valor de 1.677.672,25 euros. Desta situação, apurou-se um resultado positivo no montante de 8.649,62 euros.

Demonstração de resultados				Unidade monetária: euros
Descrição	2020		2019	
	Valor	Valor relativo	Valor	Valor relativo
Gastos				
Custo das matérias consumidas	11 115,98	0,67%	19 562,13	1,25%
Fornecimentos e serviços externos	456 302,46	27,34%	383 574,20	24,57%
Gastos com o pessoal	943 832,71	56,55%	921 006,78	58,99%
Gastos de depreciação e amortização	249 010,66	14,92%	233 055,66	14,93%
Outros gastos e perdas	8 760,82	0,52%	4 086,08	0,26%
Total	1 669 022,63		1 561 284,85	
Rendimentos				
Prestações de serviços	852 215,20	50,80%	931 857,14	57,60%
Subsídios, doações e legados à exploração	685 695,12	40,87%	559 976,13	34,62%
Reversões	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	139 761,93	8,33%	125 835,32	7,78%
Total	1 677 672,25		1 617 668,59	
Resultado antes de impostos	8 649,62		56 383,74	

Uma análise de estrutura permite-nos concluir que, em termos de gastos, o maior peso se concentra nos Gastos com Pessoal (57%), seguido dos Fornecimentos e Serviços Externos (27%). Relativamente aos rendimentos, sublinhe-se a diminuição em 7 pontos percentuais do volume das Prestações de Serviços relativamente a 2019 e ao aumento quase na mesma proporção dos Subsídios à Exploração.

Fornecimentos e Serviços Externos:

Unidade monetária: euros

Descrição	Montante		Variação	
	2020	2019	Valor	2020/2019
	(1)	(4)	(5) = (1)-(4)	(5)/(4)
62 FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS	456.302,46	383.574,20	72.728,26	18,96%
621 SUBCONTRATOS	0,00	0,00		
<i>622 Serviços especializados</i>	<i>200.455,04</i>	<i>121.106,27</i>	<i>79.348,77</i>	<i>65,52%</i>
6221 Trabalhos especializados	22.471,63	12.793,70	9.677,93	75,65%
6222 Publicidade e propaganda	0,00	528,90	-528,90	-100,00%
6223 Vigilância e segurança	1.482,31	2.744,03	-1.261,72	-45,98%
6224 Honorários	19.374,02	17.163,75	2.210,27	12,88%
6225 Comissões	9.577,48	10.342,84	-765,36	-7,40%
6226 Conservação e reparação	145.260,60	75.376,99	69.883,61	92,71%
6227 Serviços bancários	1.821,60	2.156,06	-334,46	-15,51%
6228 Outros serviços especializados	467,40	0,00	467,40	100,00%
<i>623 Materiais</i>	<i>21.043,56</i>	<i>22.598,65</i>	<i>-1.555,09</i>	<i>-6,88%</i>
6231 Ferramentas e utensílios desgaste rápido	7.200,97	7.556,54	-355,57	-4,71%
6232 Livros e documentação técnica	0,00	0,00	0,00	0,00%
6233 Material de escritório	3.536,31	3.961,10	-424,79	-10,72%
6235 Medicamentos e material enfermagem	8.485,79	0,00	8.485,79	100,00%
6236 Produtos limpeza pavimentos	169,74	0,00	169,74	100,00%
6237 Materiais combate fogos florestais	1.632,98	0,00	1.632,98	100,00%
6238 Outros materiais	17,77	11.081,01	-11.063,24	-99,84%
<i>624 Energia e fluidos</i>	<i>135.752,64</i>	<i>166.758,81</i>	<i>-31.006,17</i>	<i>-18,59%</i>
6241 Eletricidade	26.060,89	29.985,53	-3.924,64	-13,09%
6242 Combustíveis	93.908,69	119.256,24	-25.347,55	-21,25%
6243 Água	7.688,86	6.172,68	1.516,18	24,56%
6248 Gás	8.094,20	11.344,36	-3.250,16	-28,65%
<i>625 Deslocações, estadas e transportes</i>	<i>1.700,62</i>	<i>2.177,06</i>	<i>-476,44</i>	<i>-21,88%</i>
6251 Deslocações e estadas	1.224,47	1.759,40	-534,93	-30,40%
6252 Transportes de pessoal	0,00	400,00	-400,00	-100,00%
6253 Transporte mercadorias	424,35	17,66	406,69	2302,89%
6255 Despesas alimentação	51,80	0,00	51,80	100,00%
<i>626 Serviços diversos</i>	<i>97.350,60</i>	<i>70.933,41</i>	<i>26.417,19</i>	<i>37,24%</i>
6261 Rendas e alugueres	5.643,10	9.833,41	-4.190,31	-42,61%
6262 Comunicação	9.819,28	9.094,69	724,59	7,97%
6263 Seguros viaturas, saúde, multiriscos, etc.	44.246,90	22.779,44	21.467,46	94,24%
6264 Solenidades e festas	946,61	19.025,39	-18.078,78	-95,02%
6265 Contencioso e notariado	2.378,57	980,70	1.397,87	142,54%
6266 Despesas de representação	450,00	50,00	400,00	800,00%
6267 Limpeza, higiene e conforto	31.652,14	9.109,78	22.542,36	247,45%
6268 Outros serviços	2.214,00	60,00	2.154,00	3590,00%

Esta rubrica, quando comparada com igual período do ano anterior, apresenta um aumento de 19% correspondente ao valor de € 72.728,26.


Gastos com o Pessoal:

Unidade monetária: euros

Descrição	Montante		Variação	
	2020	2019	Valor	2020/2019
	(1)	(4)	(5) = (1)-(4)	(5)/(4)
63 GASTOS COM PESSOAL	943 832,71	921 006,78	22 825,93	2,48%
632 Remunerações ao pessoal	751 706,85	731 536,08	20 170,77	2,76%
634 Indemnizações	7 279,92	0,00	7 279,92	100,00%
635 Encargos sobre remunerações	137 057,28	143 637,83	-6 580,55	-4,58%
636 Seguros de acidentes de trabalho	15 963,46	13 015,79	2 947,67	22,65%
638 Outros gastos com o pessoal	31 825,20	32 817,08	-991,88	-3,02%

Os gastos com o pessoal, em 2020, ascenderam aos € 943.832,71, um aumento de 2,5% relativamente a 2019.

Rendimentos e Ganhos:

Unidade monetária: euros

Descrição	Montante		Variação	
	2020	2019	Valor	2020/2019
	(1)	(4)	(5) = (1)-(4)	(5)/(4)
72 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	852 215,20	931 857,14	-79 641,94	-8,55%
75 Subsídios, doações e legados à exploração	685 695,12	559 976,13	125 718,99	22,45%
78 Outros rendimentos e ganhos	139 504,41	125 201,22	14 303,19	11,42%
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	257,52	634,10	-376,58	-59,39%

Relativamente a 2019, a rubrica Rendimentos e Ganhos teve uma diminuição de € 79.641,94, correspondente a cerca de -9%.

Já a rubrica de Subsídios à Exploração, quando comparada com igual período do ano anterior, apresenta uma variação positiva de 22,45%, correspondendo a mais € 125.718,99.

Indicadores económico-financeiros

O equilíbrio financeiro geral da Associação pode ser observado no quadro seguinte:

Balanco funcional

Unidade monetária: Euro s

Descrição		2020	2019
Ativos não correntes	1	2.458.455,87	2.105.346,89
Passivos não correntes	2	0,00	0,00
Fundos Patrimoniais	3	3.040.442,43	2.995.971,55
Fundo de maneo	4 = 2 + 3 - 1	581.986,56	890.624,66
Caixa e equivalentes de caixa	5	382.607,05	801.763,29
Dívida financeira corrente	6	0,00	0,00
Tesouraria líquida	7 = 5 - 6	382.607,05	801.763,29
Necessidades cíclicas - Restantes ativos correntes	8	414.936,63	268.564,54
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	9	215.557,12	179.703,17
Necessidades de fundo de maneo	10 = 8 - 9	199.379,51	88.861,37



Relativamente aos Meios Libertos e ao Valor Acrescentado Bruto, os montantes obtidos foram os seguintes:

Valor acrescentado bruto

Unidade monetária: Euros

Descrição	2020	2019
Resultado de Exploração	(128.450,19)	(65.365,50)
Meios Libertos Brutos de Exploração	120.560,47	167.690,16
Meios Libertos Brutos de Totais (EBITDA)	257.660,28	289.439,40
Meios Libertos Líquidos Totais (Cash-Flow)	257.660,28	289.439,40
Valor Acrescentado Bruto	1.070.491,88	1.088.696,94

Face à atividade desenvolvida e aos resultados obtidos, podemos considerar que os indicadores financeiros continuam sólidos:

Descrição		2020	2019
Autonomia Financeira	Percentagem	93,38	94,34
Liquidez Geral	Unidade	3,70	5,96
Liquidez Reduzida	Unidade	3,70	5,96
Liquidez Imediata	Unidade	1,77	4,46
Solvabilidade	Unidade	14,11	16,67
Rácio de Endividamento	Percentagem	6,62	5,66

7. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas demonstrações financeiras.

8. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Direção, em 08 de março de 2021.

9. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado, em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



10. Evolução previsível da entidade

É previsível o reforço continuado de iniciativas sociais conducentes ao aumento do volume de negócios. Num ano dominado por um ambiente económico turbulento e pressões sociais sem precedentes, a Associação adaptou-se rapidamente a uma nova forma de trabalhar para assegurar o cumprimento dos seus objetivos centrais.

11. Proposta de aplicação de resultados

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa apresentou um resultado líquido positivo no montante de oito mil, seiscentos e quarenta e nove euros e sessenta e dois cêntimos (€ 8.649,62).

A Direção propõe que o resultado líquido do exercício de 2020 seja transferido para a conta “Resultados Transitados”.

12. Outras informações

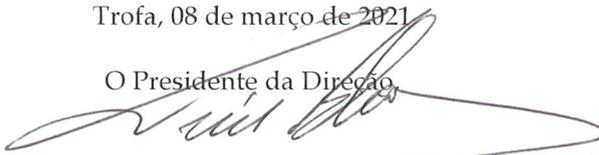
A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

13. Encerramento

A Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa aproveita a oportunidade para agradecer a todos os Colaboradores pelo elevado sentido profissional, dedicação, lealdade e capacidade na preservação de valor que permitiu manter a continuidade de um serviço com a mesma qualidade e competência, bem como a colaboração prestada por todas as entidades que com ela se relacionaram.

Trofa, 08 de março de 2021

O Presidente da Direção



(Luís Manuel Campos Elias, Dr.)

Balanço Analítico

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

BALANÇO DE EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2020	31.12.2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2.453.773,79	2.102.308,37
Investimentos financeiros	6	4.682,08	3.038,52
Subtotal		2.458.455,87	2.105.346,89
Ativo corrente			
Créditos a receber	7	196.813,24	174.257,85
Adiantamentos a fornecedores		-	922,50
Estado e outros Entes Públicos	8	24.293,89	19.104,95
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	9	12.848,00	11.657,40
Outros ativos correntes	10	168.913,46	46.797,73
Diferimentos	11	12.068,04	15.824,11
Caixa e depósitos bancários	12	382.607,05	801.763,29
Subtotal		797.543,68	1.070.327,83
Total do ativo		3.255.999,55	3.175.674,72
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13	539.318,32	539.318,32
Resultados transitados	13	1.935.500,40	1.879.116,66
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13	556.974,09	521.152,83
Resultado Líquido do período		8.649,62	56.383,74
Total dos fundos patrimoniais		3.040.442,43	2.995.971,55
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	14	44.573,60	23.729,42
Estado e outros Entes Públicos	8	33.744,67	21.135,76
Diferimentos	11	-	10.570,46
Outros passivos correntes	15	137.238,85	124.267,53
Subtotal		215.557,12	179.703,17
Total do passivo		215.557,12	179.703,17
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.255.999,55	3.175.674,72

Trofa, 31 de Dezembro de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Demonstração de Resultados por Naturezas

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercício	
		2020	2019
Serviços prestados	16	852.215,20	931.857,14
Subsídios, doações e legados à exploração	17	685.695,12	559.976,13
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18	(11.115,98)	(19.562,13)
Fornecimentos e serviços externos	19	(456.302,46)	(383.574,20)
Gastos com o pessoal	20	(943.832,71)	(921.006,78)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(6.098,70)	-
Outros rendimentos	21	139.761,93	125.835,32
Outros gastos	22	(2.662,12)	(4.086,08)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		257.660,28	289.439,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(249.010,66)	(233.055,66)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8.649,62	56.383,74
Resultados antes de impostos		8.649,62	56.383,74
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		8.649,62	56.383,74

Trofa, 31 de Dezembro de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Campos

A DIREÇÃO

[Assinatura]

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	Notas	Exercício	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		811.140,61	944.278,17
Pagamento a fornecedores		(524.858,61)	(575.314,92)
Pagamentos ao pessoal		(635.914,86)	(620.982,36)
Caixa gerada pelas operações		(349.632,86)	(252.019,11)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		364.905,53	291.018,11
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		15.272,67	38.999,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(540.536,61)	(55.063,17)
Investimentos financeiros		(1.633,00)	(1.282,93)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		96.931,18	99.793,43
Investimentos financeiros			1.296,20
Juros e rendimentos similares		257,52	634,10
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(444.980,91)	45.377,63
Fluxos de caixa da atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		10.552,00	17.232,47
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		10.552,00	17.232,47
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	801.763,29	700.154,19
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	382.607,05	801.763,29

Trofa, 31 de Dezembro de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Demonstração das alterações nos Fundos Próprios

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2019

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1	539.318,32	1.810.507,35	519.686,80	68.609,31	2.938.121,78	2.938.121,78
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	68.609,31	1.466,03	(68.609,31)	1.466,03	1.466,03
		-	68.609,31	1.466,03	(68.609,31)	1.466,03	1.466,03
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				56.383,74	56.383,74	56.383,74
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				(12.225,57)	57.849,77	57.849,77
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019	6=1+2+3	539.318,32	1.879.116,66	521.152,83	56.383,74	2.995.971,55	2.995.971,55

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2020

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	539.318,32	1.879.116,66	521.152,83	56.383,74	2.995.971,55	2.995.971,55
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	56.383,74	35.821,26	(56.383,74)	35.821,26	35.821,26
		-	56.383,74	35.821,26	(56.383,74)	35.821,26	35.821,26
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				8.649,62	8.649,62	8.649,62
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				47.734,12	44.470,88	44.470,88
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020	6+7+8+10	539.318,32	1.935.500,40	556.974,09	8.649,62	3.040.442,43	3.040.442,43

Trofa, 31 de Dezembro de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO





Anexo

1. Identificação da Entidade

Denominação da Entidade: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

Sede: Rua D. Pedro V, 4785-306 Trofa

Natureza da atividade: A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, fundada a 30 de setembro de 1976, reconhecida de utilidade pública pelo Decreto-Lei n.º 460/77, de 07 de novembro de 1977, tem como escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção e prevenção de incêndios, assim como a prestação de serviços, nomeadamente de transporte de doentes a consultas e tratamentos médicos.

Exerce também uma atividade de carácter social de apoio à infância, em instalações autónomas, onde funcionam a Creche e Jardim de Infância.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As Demonstrações Financeiras do exercício de 2020 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

2.2. Derrogação das disposições do SNC-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Conteúdos não comparáveis com o exercício anterior

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2020 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.



3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as seguintes Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do acréscimo ou da periodização económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e apresentados nas demonstrações financeiras dos exercícios com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um exercício para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificarem a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos Ativos e Passivos em serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao exercício anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo




de todo o tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.



3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Com exceção da rubrica “edifícios e outras construções”, Os “Ativos fixos tangíveis” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecidos, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os Ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos Ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

A rubrica de “edifícios e outras construções” encontra-se mensurada ao justo valor de acordo com o modelo de revalorização de ativos, tomando por base o valor patrimonial tributário de cada um dos imóveis que compõem a rubrica.

Os Ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos Ativos são reconhecidas como gastos no exercício em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5-50
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	3-7
Ferramentas e utensílios	3-7
Equipamento administrativo	2-10
Outros ativos fixos tangíveis	2-4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada Ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de Ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”



3.2.2. Clientes e outros ativos correntes

Os “Clientes” e os “Outros ativos correntes” encontram-se reconhecidos pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

3.2.3. Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.4. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são reconhecidos pelo seu valor nominal que é substancialmente idêntico ao seu justo valor.

3.2.5. Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos Ativos após dedução dos Passivos.

Os “Fundos patrimoniais” são compostos por: (i) fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros; (ii) fundos acumulados e outros excedentes; (iii) subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável que permita atividades presentes e futuras, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

3.2.7. Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.



Nos termos do n.º 1 do art.º 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar.”



No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87 do CIRC. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de N-3 a N ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no exercício em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.



De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao exercício, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o exercício seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no exercício em que ocorreram.

3.2.9. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido estão reconhecidos em balanço numa rubrica "Fundos Patrimoniais" e são imputados à demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.10. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem e a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, nomeadamente, os recebimentos referentes a financiamentos obtidos através de doações.

3.2.11. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.12. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo.

3.4. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo exercício.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos fixos tangíveis

A Quantia escriturada bruta, as Depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos exercícios indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram apuradas de acordo com o seguinte quadro:

5.1. Outros Ativos Fixos Tangíveis

	2019				Saldo em 31-Dez-2019
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	
Custo					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 665 741,78	5 609,25	-	17 067,60	2 688 418,63
Equipamento básico	1 252 484,71	131 277,72	-	141 072,13	1 524 834,56
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	134 999,83	9 930,17	-	25 537,62	170 467,62
Outros Ativos fixos tangíveis	227 932,81	2 638,00	-	(184 677,35)	45 893,46
Ativos Fixos tangíveis em curso	-	39 448,30	-	-	39 448,30
Total (A)	4 281 159,13	188 903,44	-	(1 000,00)	4 469 062,57
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	920 907,87	72 424,49	-	(30 088,38)	963 243,98
Equipamento básico	1 037 872,69	143 591,97	-	49 784,85	1 231 249,51
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	122 198,64	14 042,03	-	1 482,04	137 722,71
Outros Ativos fixos tangíveis	53 716,12	2 997,17	-	(22 175,29)	34 538,00
Total (B)	2 134 695,32	233 055,66	-	(996,78)	2 366 754,20
Quantia Escriturada (A-B)	2 146 463,81	(44 152,22)	-	(3,22)	2 102 308,37

2020 Unidade monetária: euros

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2020
Custo					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2.688.418,63	473.514,25	-	1.002,06	3.162.934,94
Equipamento básico	1.524.834,56	144.886,67	(13.000,00)	4.423,90	1.661.145,13
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	170.467,62	10.087,59	-	66.597,08	247.152,29
Outros Ativos fixos tangíveis	45.893,46	7.313,29	-	53.017,21	106.223,96
Ativos Fixos tangíveis em curso	39.448,30	4.120,50	-	(39.448,30)	4.120,50
Total (A)	4.469.062,57	639.922,30	(13.000,00)	85.591,95	5.181.576,82
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	963.243,98	77.236,53	-	1.002,06	1.041.482,57
Equipamento básico	1.231.249,51	156.429,45	(13.000,00)	4.421,82	1.379.100,78
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	137.722,71	11.891,95	-	66.597,08	216.211,74
Outros Ativos fixos tangíveis	34.538,00	3.452,73	-	53.017,21	91.007,94
Total (B)	2.366.754,20	249.010,66	(13.000,00)	125.038,17	2.727.803,03
Quantia Escriturada (A-B)	2.102.308,37	390.911,64	-	(39.446,22)	2.453.773,79

O valor € 13.000,00, em 2020, relativo “Equipamento básico” - “Abates”, respeita a duas viaturas, uma Ambulância de Socorro, ABSC (€ 10.000,00) e um Veículo Rural Combate Incêndios, VRCI (€ 3.000,00).

6. Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “Investimentos Financeiros” apresentava os seguintes valores:

Unidade monetária: euros

Descrição	31.12.2019	Aumentos	Diminuições	31.12.2020
Outros Investimentos Financeiros	3 038,52	1 643,56	-	4 682,08
Fundo de Compensação do Trabalho	3 038,52	1 643,56	-	4 682,08
Total	3 038,52	1 643,56	-	4 682,08

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar entregas de 1% sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.



7. Créditos a receber

Para os exercícios de 2020 e 2019, a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Unidade monetária: euros

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c	196.813,24	168.303,15
Clientes e utentes	196.813,24	168.303,15
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	5.954,70
Clientes e utentes Associação	-	5.954,70
Sub-Total	196.813,24	174.257,85
Outros devedores e credores	-	-
Devedores por acréscimos	-	-
Total	196.813,24	174.257,85



Nos exercícios de 2020 e 2019 foram reconhecidas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Unidade monetária: euros

Descrição	2020	2019
Clientes e utentes	5.954,70	-
Outros devedores	144,00	-
Total	6.098,70	-

8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Unidade monetária: euros

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)	56,85	44,32
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	24.237,04	19.060,63
Total	24.293,89	19.104,95
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)-Trabalho dependente	5.653,00	2.731,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)-Trabalho independente	1.876,83	392,10
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9.126,57	2.326,22
Segurança Social	16.944,56	15.554,15
Fundos de Compensação	143,71	132,29
Total	33.744,67	21.135,76

9. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Para os exercícios findos de 2020 e 2019 a rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Unidade monetária: euros

Descrição	2020		2019	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Quotas				
Associados individuais	11 710,00	-	9 787,40	-
Associados empresas	1 138,00	-	1 870,00	-
Total	12 848,00	-	11 657,40	-

10. Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros Ativos Correntes” apresenta a seguinte decomposição:

Unidade monetária: euros

Descrição	2020		2019	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Devedores por acréscimos de rendimentos	59.153,28		20.313,21	
ANEPC-Autoridade Nacional Emergência e Proteção Civil	46.019,24		20.313,21	
Câmara Municipal da Trofa-EIP	819,64			
Instituto Emprego e Formação Profissional (IEFP)	6.604,00			
Segurança social	5.710,40			
Outros devedores	109.760,18		26.484,52	
Câmara Municipal da Trofa-EIP			10.312,63	
ANEPC-Autoridade Nacional Emergência e Proteção Civil	84.946,91			
Instituto Emprego e Formação Profissional (IEFP)	15.699,13		14.308,20	
Sócios - quotas a regularizar	7.550,44		1.506,04	
Fornecedores	1.563,70		357,65	
Total	168.913,46		46.797,73	

11. Diferimentos

A rubrica “Diferimentos” apresenta os seguintes saldos:

Unidade monetária: euros

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	10.080,84	13.846,36
Rendas a alugueres	1.845,67	-
Licenças	141,53	1.977,75
Total	12.068,04	15.824,11
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Subsídios e apoios	-	10.570,46
Total	-	10.570,46




12. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Unidade monetária: euros

Descrição	2020	2019
Caixa	4 112,34	6 999,85
Depósitos à ordem	77 884,31	241 566,69
Depósitos a prazo	300 610,40	553 196,75
Total	382 607,05	801 763,29

13. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Unidade monetária: euros

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	539.318,32	-	-	539.318,32
Resultados transitados	1.879.116,66	56.383,74		1.935.500,40
Outras variações nos fundos patrimoniais	521.152,83	141.211,18	(105.389,92)	556.974,09
Sub-Total	2.939.587,81	197.594,92	(105.389,92)	3.031.792,81
Resultado líquido do período	56.383,74	8.649,62	(56.383,74)	8.649,62
Total	2.995.971,55	206.244,54	(161.773,66)	3.040.442,43

Unidade monetária: euros

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos	539.318,32	-	-	539.318,32
Resultados transitados	1.810.507,35	68.609,31		1.879.116,66
Outras variações nos fundos patrimoniais	519.686,80	122.283,97	(120.817,94)	521.152,83
Sub-Total	2.869.512,47	190.893,28	(120.817,94)	2.939.587,81
Resultado líquido do período	68.609,31	56.383,74	(68.609,31)	56.383,74
Total	2.938.121,78	247.277,02	(189.427,25)	2.995.971,55

14. Fornecedores

O saldo da rubrica “Fornecedores” apresenta os seguintes valores:

Unidade monetária: euros

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	44.573,60	23.729,42
Total	44.573,60	23.729,42

15. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Unidade monetária: euros

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	-	20.000,00	-	10.579,63
Credores por acréscimos de gastos	-	110.467,18	-	110.412,34
Remunerações a liquidar	-	107.331,04	-	107.129,33
Outros acréscimos	-	3.136,14	-	3.283,01
Clientes e utentes	-	144,54	-	1.471,31
Outros credores	-	6.627,13	-	1.804,25
Total	-	137.238,85	-	124.267,53

16. Serviços prestados

Para 2020 e 2019 foram apurados os seguintes valores:

Unidade monetária: euros

Descrição	2020	2019
Prestação de Serviços		
Quotas utilizadores	100 381,96	101 770,96
Quotas individuais	84 363,96	85 530,96
Quotas empresas	16 018,00	16 240,00
Serviços da atividade específica	751 833,24	830 086,18
Transporte pessoas - Assistência em saúde	596 954,70	610 460,27
Mensalidades Centro Infantil Bougado	130 914,10	160 630,93
Outros serviços	23 964,44	58 994,98
Total	852 215,20	931 857,14

A rubrica “Serviços prestados” teve uma diminuição de € 79.641,94 relativamente a 2019. Este valor é explicado pela pandemia SARS-CoV2, que provocou uma diminuição no valor faturado em “Transporte pessoas e assistência em saúde” de € 28.817,24 - ainda que um valor relativamente baixo dado o aumento sustentável nesta rubrica nos últimos anos - e no valor de € 14.427,84 em “Outros serviços prestados” pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, tais como transporte de água, limpeza de pavimentos e aluguer de instalações. Também o facto da nossa Creche/Jardim de Infância ter sido obrigada a fechar por Decreto Governamental, provocou uma quebra no valor das mensalidades de € 35.007,86 relativamente a 2019.

17. Subsídios, doações e legados à exploração

Nos exercícios de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Unidade monetária: euros

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e outros Entes Públicos	685.695,12	559.976,13
Câmara Municipal da Trofa	143.731,15	143.497,39
ANEPC - Autoridade Nacional Emergência e Proteção Civil	192.576,64	112.063,79
INEM-Instituto Nacional Emergência Médica	37.600,00	44.285,00
IEFP-Instituto de Emprego e Formação Profissional	29.879,82	12.834,90
CRSSP_Centro Regional da Segurança Social do Porto	245.673,19	245.095,05
Junta de Freguesia de Bougado	3.200,00	2.200,00
Instituto Segurança Social	33.034,32	-
Total	685.695,12	559.976,13

O valor dos “Subsídios, doações e legados à exploração” teve um acréscimo de € 125.718,99 entre o término de 2019 e 2020. Deste valor, € 62.819,68 dizem respeito a subsídios que foram atribuídos/pagos à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa para ressarcimento de gastos/apoios relativos à epidemia SARS-CoV2, conforme abaixo se discrimina:

	Unidade monetária: euros
Segurança Social - Layoff Simplificado	14 115,92 €
IEFP - Apoio manutenção dos postos trabalho	13 208,00 €
Instituto Segurança Social - Adaptar Social +	5 710,40 €
ANEPC - Apoio Extraord. Assoc. Bomb. Voluntários	26 215,36 €
ANEPC - Dispositivo Equipas Espec. Pandemia	3 570,00 €
Total	62 819,68 €

18. Custo das matérias consumidas

Em 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos:

Unidade monetária: euros

Descrição	2020	2019
Custo das matérias consumidas		
Existência inicial	-	-
Compras	11 115,98	19 562,13
Existência final	-	-
Total	11 115,98	19 562,13

19. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” em 2020 e 2019 foi a seguinte:

Unidade monetária: euros

Descrição	2020	2019
Serviços Especializados	200 455,04	121 106,27
Trabalhos especializados	22 471,63	12 793,70
Conservação e reparação	145 260,60	75 376,99
Outros serviços	32 722,81	32 935,58
Materiais	21 043,56	22 598,65
Energia e fluidos	135 752,64	166 758,81
Deslocações, estadas e transportes	1 700,62	2 177,06
Serviços diversos	97 350,60	70 933,41
Rendas e alugueres	5 643,10	9 833,41
Comunicação	9 819,28	9 094,69
Seguros	44 246,90	22 779,44
Solenidades e festas	946,61	19 025,39
Contencioso e notariado	2 378,57	980,70
Limpeza, higiene e conforto	31 652,14	9 109,78
Outros serviços	2 664,00	110,00
Total	456 302,46	383 574,20

A epidemia COVID-19 teve um impacto direto no aumento dos valores da rubrica “Limpeza, higiene e conforto” em relação a 2019. Nesta rubrica os gastos diretamente relacionados com a COVID-19 ascenderam a € 18.259,38, e dizem respeito a gastos de aquisição de equipamentos individuais de proteção, nomeadamente máscaras, luvas, viseiras, aquisição de equipamentos e consumíveis de higienização bem como aquisição de equipamentos de monitorização de parâmetros vitais, tal como termómetros.

No período de 2018, foram contabilizados como gastos desse mesmo período € 11.010,38 relativos a faturas de seguros datadas do ano 2018 mas cujos gastos estão periodizados a 2019, logo não entraram nos gastos de 2019. Advém disto a razão da grande diferença de valor, € 21.467,46, entre os períodos de 2020 e 2019 na rubrica “Seguros”.

20. Gastos com o pessoal

Os gastos que a Entidade registou com os colaboradores foram os seguintes:

Unidade monetária: euros

Descrição	2020	2019
Remunerações ao Pessoal	751 706,85	731 536,08
Indemnizações	7 279,92	-
Encargos sobre as Remunerações	137 057,28	143 637,83
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	15 963,46	13 015,79
Outros Gastos com o Pessoal	31 825,20	32 817,08
Total	943 832,71	921 006,78




O número de colaboradores ao serviço da Entidade em 2020 foi de 60 e em 2019 foi de 61:

	Colaboradores	
	2020	2019
Associação Humanitária	40	40
Bombeiros	26	26
Equipa de Intervenção Permanente	5	5
Serviços Gerais	5	5
Serviços Administrativos	3	3
Estagiários	1	1
Creche/Jardim de Infância	20	21
Coordenadora	1	1
Educadoras	5	5
Ajudantes Ação Educativa	8	8
Serviços Gerais (cozinha/limpeza)	5	6
Serviços Administrativos	1	1
Estagiários	0	0
Total	60	61



21. Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros Rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

	Unidade monetária: euros	
	2020	2019
Outros rendimentos e ganhos	139.504,41	125.201,22
Correções relativas a períodos anteriores	2,58	459,95
Imputação de Subsídios/Doações para investimento	105.389,92	102.715,44
Donativos	22.961,57	17.575,83
Outros rendimentos não especificados	11.150,34	4.450,00
Juros de depósitos bancários	257,52	634,10
Total	139.761,93	125.835,32

No valor de € 11.150,34 de “Outros rendimentos não especificados”, estão inseridos, entre outros, valores recebidos relativamente a injunções de tribunais (€ 3.425,00), a benefícios de penalidades contratuais (€ 6.792,78) e a moras de recebimentos de clientes/utentes (€ 442,00).



22. Outros Gastos

A rubrica de “Outros Gastos” está assim dividida:

Unidade monetária: euros

Descrição	2020	2019
Impostos	1 660,53	297,03
Dívidas incobráveis	-	2 465,40
Outros	1 001,59	1 323,65
Correções relativas a exercícios anteriores	0,78	345,53
Quotizações	750,00	750,00
Outros não especificados	250,81	228,12
Total	2 662,12	4 086,08

23. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, no período de 2020, foram de € 3.690,00 (IVA incluído) referentes exclusivamente a revisão legal das contas de 2020.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Direção em 08 de março de 2021.

24. Acontecimentos após data de Balanço

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2021 verificou-se um enorme aumento de casos de infetados com o surto de COVID-19. Este facto implicou, tal como em 2020, o encerramento, por Deliberação Governamental, da Creche/Jardim de Infância de 22 de janeiro de 2021 até esta data. Este encerramento levou ao acionamento do Layoff Simplificado e consequentemente ao recebimento do respetivo subsídio por parte da Segurança Social. Apesar deste encerramento, continuamos a auferir do valor mensal acordado com o Centro Regional de Segurança Social do Porto (CRSSP) relativo aos Acordos de Cooperação vigentes. Assim, a entidade tem assegurada liquidez suficiente para continuar a operar com esta Resposta Social, sendo certo também que o Governo de Portugal, segundo dados oficiais, priorizará sempre a reabertura das Creches e da Educação Pré-Escolar.

No que respeita à sua função principal, a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção e prevenção de incêndios, a sua continuidade não estará em causa, apesar de se esperar uma diminuição nos valores das prestações de serviços, tal como aconteceu em 2020, fruto do período prolongado de confinamento.

25 Aplicação do Resultado Líquido

No que respeita ao exercício de 2019, o órgão de gestão propôs, no seu relatório anual, que o resultado líquido, no montante de € 56.383,74, fosse transferido para Resultados Transitados.

No que respeita ao exercício de 2020, o órgão de gestão propõe, no seu relatório anual, que o resultado líquido, no montante de € 8.649,62, seja aplicado como segue:

- Resultados Transitados € 8.649,62

A fim de consolidar os capitais próprios da Associação.

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, 08 de março de 2021

O Contabilista Certificado

(CC N.º 91766)



A Direção





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de **3.255.999,55 euros** e um total de fundos patrimoniais de **3.040.442,43 euros**, incluindo um resultado líquido de **8.649.62 euros**), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas (notas 3.1 e 24 do anexo às demonstrações financeiras), relativas aos impactos da pandemia da COVID-19 na atividade operacional futura da Entidade. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

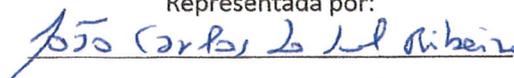
Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Trofa, 08 de março de 2021

ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS, SROC
(inscrita na CMVM sob o n.º 20161397)

Representada por:



João Carlos Sul Ribeiro – ROC Nº 1106



----- RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL -----

Nos termos dos estatutos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, vem o Conselho Fiscal apresentar o Relatório e Parecer sobre o Relatório e Contas apresentados pela Direção relativos ao exercício de 2020. -----

Acompanhámos a gestão corrente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, analisámos, por amostragem, a documentação que serve de suporte à relevação contabilística do exercício e confirmamos os valores constantes das demonstrações financeiras, as quais compreendem o Balanço em 2020.12.31, que evidencia um total **3.255.999,55€** (três milhões duzentos e cinquenta e cinco mil novecentos e noventa e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos) e um total de fundos patrimoniais de **3.040.442,43€** (três milhões quarenta mil quatrocentos e quarenta e dois euros e quarenta e três cêntimos), incluindo um resultado líquido de **8.649,62€** (oito mil seiscentos e quarenta e nove euros e sessenta e dois cêntimos), a Demonstração de Resultados por Naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.-----

Da parte dos membros da Direção recebemos os esclarecimentos solicitados. -----
Face ao referido no nosso relatório e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal é de Parecer que: -----

- a) Sejam aprovados o Relatório e Contas, apresentado pela Direção, referentes ao exercício de 2020; -----
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados contida naquele relatório. -----

Por último, propomos um voto de louvor aos membros da Direção pela eficiência demonstrada no desempenho das suas funções. -----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada quando eram vinte e três horas, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelos presentes, depois de lida e aprovada. -----

Jose Luis Campos Reis
[Signature]
[Signature]

